



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0004788-04.2011.2.00.0000**Requerente:** União**Requerido:** Superior Tribunal de Justiça
Conselho da Justiça Federal**Advogado(s):** DF015200 - Rafaelo Abritta (REQUERENTE)

DF012435 - Fernando Luiz Albuquerque Faria (REQUERENTE)

Recurso Administrativo. Pedido de Providências. Pagamento de parcelas relativas à incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas considerado válido e regular por este Conselho. Pedido de suspensão do pagamento. Não conhecimento. Recurso desprovido.

A requerente pretende, por meio deste procedimento, obstar os pagamentos dos quintos a que se refere o Processo n. 2784/2009 do Conselho de Administração do STJ, reconhecidos como válidos e regulares por este Conselho no julgamento do PCA n. 0007312-42.2009.2.00.0000, Relator o Conselheiro Nelson Tomaz Braga.

Acertada a decisão monocrática que, com fulcro no art. 25, X, do RICNJ, não conheceu do pedido, sob o fundamento de que a via eleita não se presta ao objetivo de suspender os efeitos de decisão proferida pelo Plenário deste Conselho.

Recurso desprovido.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela UNIÃO contra decisão, na qual determinei o arquivamento dos autos, sem conhecer do pedido inicial formulado pela ora recorrente, que pleiteava a este Conselho fosse determinado ao Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Federal que se abstivessem de efetuar o pagamento relativo à incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas por seus servidores.

Para a exata compreensão do alcance e do sentido da decisão recorrida, passo a transcrevê-la:

Cuida-se de Pedido de Providências apresentado pela UNIÃO, por meio do qual requer que o Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Federal de 1ª e 2ª instâncias se abstenham de

efetuar o pagamento de diferenças relativas à incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas.

Alega a requerente que submeteu à apreciação do Supremo Tribunal Federal, por meio dos MS n. 25.763 e 25.845 e RE n. 638.115, a tese segundo a qual a incorporação de quintos foi extinta com a edição da Lei n. 9.527/1997.

Argumenta, porém, que com a decisão proferida por este Conselho no julgamento do PCA n. 0007312-42.2009.2.00.0000, que reconheceu como válidos e regulares os pagamentos dos quintos a que se refere o Processo n. 2784/2009 do Conselho de Administração do STJ, os cofres públicos sofrerão um ônus insuportável e de difícil reposição, caso o STF acolha a tese de que os quintos somente poderiam ser incorporados até a edição da Lei n. 9.527/1997.

Com base em tal argumento, pleiteia a concessão de medida liminar para suspender todos os pagamentos de diferenças relativas a quintos, no âmbito do STJ e da Justiça Federal de 1ª e 2ª instâncias, apreciados no PCA n. 0007312-42.2009.2.00.000, até o julgamento dos mandados de segurança e recurso extraordinário citados, que tramitam perante o STF. Requer, ainda, que, ao final, a cautelar seja confirmada para se determinar àqueles órgãos do Judiciário que se abstenham de efetuar os pagamentos em questão, com fulcro na decisão judicial que vier a ser tomada pelo STF.

É o breve relatório.

Decido.

A requerente pretende obstar, por meio deste procedimento, os pagamentos dos quintos a que se refere o Processo n. 2784/2009 do Conselho de Administração do STJ, reconhecidos como válidos e regulares por este Conselho (PCA n. 0007312-42.2009.2.00.0000, Relator o Conselheiro Nelson Tomaz Braga). Em outras palavras, a requerente pretende suspender os efeitos da decisão proferida por este Conselho até que o Supremo Tribunal Federal julgue os MS n. 25.763 e 25.845 e RE n. 638.115.

A decisão proferida por este Conselho, nos autos do PCA n. 0007312-42.2009.2.00.0000, restou assim ementada:

EMENTA. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DE PARCELAS ATRASADAS DE INCORPORAÇÃO DE QUINTOS/VPNI A SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL, STJ E CJF, QUE RECEBIAM, À ÉPOCA, A FUNÇÃO COMISSIONADA INTEGRAL. DISCUSSÃO SOBRE A INTERPRETAÇÃO DADA AO ACÓRDÃO 582/03 DO TCU. LEGALIDADE. INSTAURAÇÃO DE PAD CONTRA OS ORDENADORES DE DEPESAS, SERVIDORES DO STJ, E DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INDIVIDUAIS PARA A COBRANÇA DAS DIFERENÇAS. DESPROPORCIONALIDADE.

1. A lei 8911/94 passou a permitir a incorporação de um 1/5 do valor da FC ou CJ a cada ano de exercício, até o limite de 5/5, exclusivamente para o servidor optante pelo vencimento integral do cargo efetivo.

2. Confusões terminológicas ocorreram na legislação vigente à época. Inicialmente foi promulgada a Lei 9.524/97, que extinguiu as parcelas dos quintos, convertendo-os em VPNI. Entretanto, em 1998, foi convertida em lei a MP 1.160/95, (Lei 9624/98) que retomou a terminologia dos 'quintos', sem referir-se a VPNI, causando dúvidas sobre a eventual repristinação da lei 8911/94.

3. Posteriormente, a MP 2225-45/2001 ampliou o período de incorporação dos 'quintos' até a data de sua edição, em 04.09.2001.

4. O STJ autorizou, no PA 1530/98, em 29.05.1998, com data retroativa a 11.11.1997, o recebimento cumulativo, pelos servidores optantes pela FC integral, da VPNI.

5. O Acórdão do TCU n. 582/2003, publicado em junho de 2003, colocou a salvo 'situações fáticas eventualmente constituídas ou mesmo hipóteses mais concretas que possam estar em discordância com a orientação normativa ora traçada', que só poderão ser analisadas caso a caso, mas determinou que 'eventuais pagamentos efetuados em desacordo com os termos do Acórdão, após sua publicação, já não estarão abrigados pela presunção de boa-fé.'

6. Na decisão proferida no PA 2389/2002, em 14.12.2004, o Conselho de Administração do STJ decidiu pelo reconhecimento do direito do servidor incorporar/atualizar parcelas de quintos/décimos no período de 09.04.1998 a 04.09.2001, nos termos do voto da relatora, Ministra Eliana Calmon, sem nada dispor sobre a situação dos servidores que haviam optado pelo recebimento da FC integral no período.

7. Surgiram dúvidas sobre o cálculo da percepção da remuneração dos servidores que optaram pelo recebimento da FC integral antes do acórdão do TCU, em razão da pré-existência do direito à incorporação em razão do exercício consumado no período de abril de 1998 a setembro de 2001.

8. A discussão da equipe técnica sobre eventual compensação de valores a receber com os valores já recebidos foi afastada, em razão de entendimento formulado pelo CJF, em decisão proferida pelo relator do PA 2005161704, Ministro Gilson Dipp.

9. Houve posterior confirmação da legalidade dos pagamentos efetuados pela realização de auditorias posteriores pelo Controle Interno do STJ e pelo julgamento regular das tomadas contas do STJ no período;

10. Impõe-se, à Administração, vedação da aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa (art. 2º da Lei 9784/99).

11. *A interpretação jurídica razoável que determina pagamento de valores, embora revista em instância judicial administrativa superior, torna desnecessária a devolução de parcelas pagas (CNJ, PCA 546).*

12. *Mesmo que fosse constatado erro escusável de interpretação de lei por parte do órgão/entidade, ou por parte de autoridade legalmente investida em função de orientação e supervisão, em razão da presunção de legalidade do ato administrativo e do caráter alimentar de suas parcelas, desconsiderar-se-ia a hipótese de devolução dos valores (Súmula 249/TCU).*

13. *No mesmo sentido é decisão do STF no MS 25.641/DF que estabeleceu didaticamente os requisitos mínimos e necessários à devolução de valores à Administração: "A reposição, ao erário, dos valores percebidos pelos servidores torna-se desnecessária, nos termos do ato impugnado, quando concomitantes os seguintes requisitos: "i] presença de boa-fé do servidor; ii] ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; iii] existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; iv] interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração."*

14. *Insuficiência de densidade nos fatos apurados para justificar a abertura de PAD (CNJ, PCA 200910000027696).*

15. *Perda do objeto do PCA que requereu o desbloqueio das margens consignáveis dos servidores do STJ sujeitos aos processos administrativos para a devolução dos valores.*

PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO CONHECIDOS E JULGADOS INTEGRALMENTE PROCEDENTES.

Ora, a questão posta naqueles autos já está definitivamente julgada por este Conselho, de modo que nem este procedimento nem qualquer outro de atribuição deste Conselho pode suspender os efeitos de tal decisão que, registre-se foi prolatada por unanimidade de votos. A requerente deve buscar a via adequada, nos termos do que dispõe o art. 102, I, "r", da Constituição Federal.

Por essa razão, deixo de conhecer do pedido e determino o seu arquivamento.

Comunique-se a requerente.

Decorrido o prazo recursal, sem manifestação, arquivem-se.

Inconformada, a requerente apresenta recurso administrativo, alegando, preliminarmente que, nos termos do art. 98 do RICNJ, os pedidos de providências apresentados a este Conselho somente podem ser conhecidos e julgados pelo Plenário ou pelo Corregedor Nacional de Justiça, conforme a respectiva competência, não sendo cabível, portanto, determinação monocrática de arquivamento, como sucedeu nos autos.

Quanto ao mérito, alega que a questão posta nestes autos não foi objeto do PCA n. 0007312-42.2009.2.00.000. Sustenta que a matéria tratada naquele feito dizia respeito à abertura ou não de processos disciplinares contra os então requerentes, em razão da interpretação que deram para o cálculo dos valores relativos aos quintos; e que no caso em tela, o que se pretende é a suspensão do pagamento desses valores que foram considerados válidos e regulares no julgamento daquele PCA.

Afirma, ainda, que não pretende nestes autos modificar a decisão proferida por este Conselho no PCA n. 0007312-42.2009.2.00.000, *mas sim apreciar os efeitos que a mesma causou ao ser aplicada*.

No mais, reitera os termos do pedido inicial.

É o relatório.

VOTO

O recurso em tela é cabível na espécie e foi providenciado tempestivamente, merecendo, portanto, ser conhecido.

Ressalto, desde logo, porém, que a pretensão de reverter a decisão recorrida não se escora em fundamentos com a solidez necessária para que prevaleça.

Inicialmente, quanto à alegação de que este Relator não poderia ter determinado o arquivamento liminar deste procedimento, ante o disposto no art. 98 do RICNJ, entendo sem razão a recorrente.

É que a decisão atacada foi proferida nos termos do que dispõe o art. 25, X, do RICNJ, que autoriza o Relator a arquivar liminarmente o procedimento cujo pedido seja manifestamente improcedente, como no caso. Vale a pena transcrever o dispositivo:

Art. 25. São atribuições do Relator:

X - determinar o arquivamento liminar do processo quando a matéria for flagrantemente estranha às finalidades do CNJ, bem como quando a pretensão for

manifestamente improcedente, despida de elementos mínimos para sua compreensão ou quando ausente interesse geral;

Quanto ao mérito da decisão recorrida, verifico que também não merecem prosperar as razões recursais.

A simples leitura do requerimento inicial não deixa dúvidas de que a pretensão da requerente é a de suspender a decisão proferida, à unanimidade, pelo Plenário deste Conselho, no julgamento do PCA n. 0007312-42.2009.2.00.000, relatado pelo Conselheiro Nelson Tomaz Braga. Confira-se a seguir os itens 2 e 3 do pedido:

2) seja DEFERIDA MEDIDA CAUTELAR para que seja determinada a suspensão de todos os pagamentos de diferenças relativas a quintos, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e Justiça Federal de 1ª e 2ª Instâncias, apreciados no Procedimento de Controle Administrativo n. 0007312-42.2009.2.00.000, até os julgamentos finais do Mandado de Segurança n. 25.763, do Mandado de Segurança n. 25.845 e da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário n. 638.115/Ceará, todos em curso perante o Supremo Tribunal Federal;

3) seja a cautelar, ao final, convertida em pedido principal, determinando que o Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Federal de 1ª e 2ª Instâncias se abstenham de efetuar os pagamentos de diferenças relativas a quintos com fulcro na decisão judicial que vier a ser concretizada pelo Supremo Tribunal Federal.

Acertada, portanto, a decisão ora recorrida, que não conheceu do pedido nos seguintes termos:

A requerente pretende obstar, por meio deste procedimento, os pagamentos dos quintos a que se refere o Processo n. 2784/2009 do Conselho de Administração do STJ, reconhecidos como válidos e regulares por este Conselho (PCA n. 0007312-42.2009.2.00.0000, Relator o Conselheiro Nelson Tomaz Braga). Em outras palavras, a requerente pretende suspender os efeitos da decisão proferida por este Conselho até que o Supremo Tribunal Federal julgue os MS n. 25.763 e 25.845 e RE n. 638.115.

(...)

Ora, a questão posta naqueles autos já está definitivamente julgada por este Conselho, de modo que nem este procedimento nem qualquer outro de atribuição deste Conselho pode suspender os efeitos de tal decisão que, registre-se foi prolatada por unanimidade de votos. A requerente deve buscar a via adequada, nos termos do que dispõe o art. 102, I, "r", da Constituição Federal.

*Por essa razão, **deixo de conhecer do pedido e determino o seu arquivamento.***

Desse modo, a alegação da recorrente em nada abala os fundamentos da decisão recorrida.

Por todo o exposto, conheço do recurso, porém, **nego-lhe provimento** para manter, em todos os termos, a decisão monocrática atacada.

É como voto.

Comuniquem-se as partes. Após, archive-se.

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 17 de Outubro de 2011 às 18:11:09

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
2f632ea39987c6b59d5760fcddd9b9d6



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1158626**



12032718094800000000001157918